Negócios Estrangeiros, sob proposta do Ministério da Marinha.

Art. 3.º O adido naval junto da Legação em Paris perceberá, além do competente sôlido e gratificação de exercício e do auxilio extraordinário de 2\$25, a que se refere o decreto n.º 3:214, de 28 de Junho de 1917, que lhe serão pagos em ouro pelo Ministério da Marinha, a quantia de 9\$ diários, também em ouro, para ajuda de custo, abonados em partes iguais pelo Ministério da Marinha, pela verba «Ajudas de custo a diversos officiaes que vão em comissão de serviço ao estrangeiro», do artigo 7.º, capítulo 3.º, e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Os Ministros da Marinha e dos Negócios Estrangeiros assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 31 de Agosto de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*José António Arantes Pedroso*—*Augusto Luís Vieira Soares*.

Rectificação

Declara-se que a lei fixando o quadro dos officiaes do secretariado naval, publicada no *Diário do Governo* n.º 143, de 25 do corrente, tem o n.º 788-A e não 788.

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

2.ª Secção

DECRETO N.º 3:324

Achando-se em serviço fora da metrópole grande número de cabos marinheiros, propostos para segundos sargentos de manobra, os quais não podem fazer exame antes de as vacaturas se darem, pelo que estas são preenchidas por os que têm feito exame, ainda que mais modernos de proposta, e sendo conveniente regularizar a promoção dos cabos marinheiros propostos; usando da autorização que me confere a lei n.º 491, de 12 de Março de 1916:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, e ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As épocas dos exames dos cabos marinheiros, propostos para segundos sargentos de manobra terão lugar, semestralmente, nos meses de Janeiro e Julho, no quartel do corpo de marinheiros da armada.

§ 1.º Os exames efectuar-se hão na primeira época seguinte às das propostas.

§ 2.º Nos dias 1 de Fevereiro e de Agosto serão publicadas as escalas de antiguidade dos cabos marinheiros aptos à promoção.

Art. 2.º Os cabos marinheiros propostos para promoção e que se acharem na metrópole não deverão ser nomeados para comissão, fora da mesma, sem primeiro fazerem exame.

Art. 3.º Os cabos marinheiros, propostos para segundos sargentos de manobra, que, sem exame, se acharem fora do continente, na ocasião em que se der a promoção de outros mais modernos de proposta, serão promovidos logo que tenham feito exame e obtido aprovação, indo ocupar na escala de antiguidades de segundos sargentos de manobra, para effeitos de promoção a primeiros sargentos, a antiguidade e lugar que occupariam na escala de cabos marinheiros aptos a promoção.

§ 1.º Os exames a que se refere este artigo deverão ser feitos dentro do prazo máximo de um ano, a contar da data da respectiva proposta, para o que os cabos marinheiros propostos serão mandados regressar ao quartel do corpo de marinheiros.

Art. 4.º (transitório). Haverá uma época extraordinária

de exames, que se deve realizar no prazo de oito dias, a contar da data do presente decreto.

§ único. Os cabos marinheiros propostos, actualmente fora da metrópole, só podem estar ao abrigo deste decreto se fizerem o respectivo exame dentro do prazo máximo de um ano, a contar da data da sua publicação no *Diário do Governo*, para o que serão mandados regressar ao quartel do corpo de marinheiros.

Art. 5.º Aos cabos marinheiros ou primeiros marinheiros que voluntariamente se ofereceram ou oferecerem para servir na marinha colonial, não é applicável o presente decreto.

Art. 6.º Os cabos marinheiros propostos, nas condições do artigo 5.º, occuparão na escala para promoção a segundo sargento de manobra o lugar a que o seu exame der direito quando submetidos às provas na primeira época, a seguir à sua apresentação no quartel, sem ir buscar a sua altura.

Art. 7.º Os cabos marinheiros propostos que requerem desistência de regresso à metrópole para fazer exame e os que forem reprovados em primeiro exame, ficam sujeitos ao disposto no artigo 6.º

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 31 de Agosto de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Afonso Costa*—*Artur R. de Almeida Ribeiro*—*Alexandre Braga*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*—*José António Arantes Pedroso*—*Augusto Luís Vieira Soares*—*Herculano Jorge Galhardo*—*Ernesto Jardim de Vilhena*—*José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães*—*Eduardo Alberto Lima Basto*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Secretaria Geral

LEI N.º 799

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a contrair, por conta da provincia de Angola, um empréstimo em moeda portuguesa, até a importância de 8:000.000\$, destinado a pagar despesas da colónia legalmente realizadas e a custear o serviço da sua occupação e pacificação.

§ 1.º Os encargos effectivos deste empréstimo, incluindo a amortização e todas as despesas da emissão, não poderão exceder 6 1/4 por cento ao ano sobre o capital realizado, e serão custeados pelo fundo especial criado pelo artigo 1.º da lei n.º 256, de 22 de Julho de 1914.

§ 2.º Os juros e amortização serão pagos aos semestres, devendo o empréstimo estar completamente amortizado no prazo máximo de sessenta anos.

§ 3.º O Governo reservar-se há o direito de fazer a amortização por sorteio ou por compra no mercado abaixo do par, à sua escolha, e o de antecipar a amortização, quando lhe convier.

Art. 2.º Reverte para o fundo especial referido no § 1.º do artigo 1.º o adicional de 30 por cento sobre o imposto de cubata criado pela portaria provincial n.º 67, de 13 de Abril do ano corrente.

Art. 3.º O tabaco manipulado de qualquer procedência ou o que for manipulado na própria colónia, fica sujeito ao imposto de consumo de \$70 por quilograma.

§ único. A receita deste imposto reverterá integralmente para o fundo especial criado pela lei n.º 256, de 22 de Julho de 1914.

Art. 4.º É mantido o disposto no artigo 1.º do decreto n.º 69, de 11 de Agosto de 1913, sem a limitação fixada no seu artigo 3.º